

JUNHO OU AS IDADES DA PEDRA: PARA QUEM SONHOU OUTUBROS, FOI POUCO; PARA OS DESERDADOS DA UTOPIA, MEMORÁVEL

DOI: 10.12957/SYNTHESIS.2023.83517

LUIZ EDUARDO SOARES*

Terminava assim um dos artigos que escrevi, no calor da hora, sobre as manifestações de 2013 - escrevia muito para pensar, metabolizar sentimentos em ebulição, elaborar angústias e domesticar a imaginação acelerada pela energia das ruas¹:

“E o futuro? O movimento *omnibus* tem diante de si os mais variados cenários, e outros a inventar. Seu destino provavelmente dependerá de sua capacidade de diferenciar a crítica política da crítica à política, e de não confundir a rejeição ao atual sistema político-eleitoral, e partidário, com uma recusa da própria democracia, em qualquer formato. Essas distinções provocarão divisões internas profundas e inconciliáveis, que já estão aflorando. Toda essa magnífica energia fluirá para o ralo do ceticismo, abrindo mais um ciclo de apatia? A indignação encontrará traduções autoritárias e ultraconservadoras? Múltiplos afluentes seguirão cursos inauditos, nos surpreendendo com sua criatividade e mudando o país, no âmbito da democracia? As respostas não dependem só do movimento, mas também dos que não têm participado e das lideranças governamentais e parlamentares.”

“Ante o fenômeno massivo e inusitado, jornalistas, políticos e intelectuais estão perplexos. Nos primeiros dias, buscaram explicações, mas constataram a insuficiência dos velhos modelos analíticos. Aplicando-os sobre o novo objeto, eles só permitem identificar o que falta ao movimento, aquilo que ele não é: não organizado, sem liderança, sem metas definidas, sem agenda unificada, sem conexões institucionais, sem vínculos políticos, sem plano de ação. O que, entretanto, ele é? Como descrever sua positividade? Esse é o maior desafio.”

“Nas próximas semanas, é possível que a energia inicial não seja sustentada, as massas se cansem, o movimento se divida em inúmeros segmentos, em torno de muitas demandas distintas. Nesse caso, a disputa se deslocará para o campo das interpretações. O fenômeno terá sido o que dissermos que ele foi. São os intérpretes que se tornarão protagonistas do conflito em torno das atribuições de sentido. Mesmo porque todo esforço de entendimento, toda interpretação é também intervenção, é também ação social e política.”

De fato, hoje não há como negar, a sociedade brasileira viveu em 2013 provavelmente a maior mobilização de sua história. A primeira convocada pela internet, inteiramente espontânea, isto é,

* Doutor em Ciência Política (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6900-0250>>.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY 4.0 Internacional, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho, desde que citem seus autores e a fonte original.

desprovida de lideranças, organização centralizada, vínculos partidários ou mesmo de uma agenda uniforme – embora, como ficaria evidente, na sequência dos acontecimentos, diferentes forças, ligadas aos mais diversos e contraditórios interesses, nacionais e internacionais, lançaram-se na disputa pela canalização de suas energias, buscando ditar o rumo de seu desdobramento. A população foi às ruas protestar, nos grandes centros urbanos e nas pequenas cidades do interior – e essa avalanche contagiante foi, em si mesma, um fenômeno extraordinário. Paradoxalmente, tudo isso aconteceu no momento histórico em que a opinião pública global contemplava com curiosidade este país 85% urbano, com cerca de 200 milhões de habitantes, que se tornara a sexta economia do mundo, atravessara a crise financeira internacional mantendo indicadores de pleno emprego, crescimento (ainda que modesto), redução de desigualdades e aprovação recorde dos presidentes Lula e, até poucas semanas antes da irrupção das mobilizações, Dilma Rousseff.

Talvez por não ter havido compreensão adequada desse paradoxo e em razão do que ocorreu na política brasileira depois dos protestos de 2013, predomine no campo das esquerdas, atualmente, em particular no universo mais próximo ao PT, uma visão que considero unilateral e simplificadora. Segundo essa leitura, as ruas teriam sido tomadas, em 2013, por fascistas e despolitizados, liderados por interesses internacionais, que visavam a derrocada do governo Dilma e a estigmatização do PT. De meu ponto de vista, entretanto, afirmar que 2013 revelaria suas verdadeiras intenções no golpe parlamentar do *impeachment* é mais ou menos como afirmar que a Santa Inquisição teria desvelado as intenções verdadeiras e inconfessáveis do cristianismo primitivo, ou que o stalinismo teria desnudado a verdadeira essência do marxismo. Essa concepção teleológica da história é primária, mas serve muito bem para resolver no discurso problemas complicados e para classificar superficialmente os fenômenos, conjurando sua multidimensionalidade.

Os governos do PT fizeram muito, apesar dos erros, mas justamente por conta do melhor que fizeram, a vitalidade social reanimada queria mais, desejava ser ouvida, ansiava por participação, se recusava a aceitar a baixa qualidade das políticas públicas. A militância não cabia mais nos moldes tradicionais. Já não era possível disfarçar: o vocabulário democrático-liberal envelhecera, até porque sua incompatibilidade com a experiência popular denunciava a hipocrisia que continha.

Conforme registrei em meu livro *O Brasil e seu Duplo* (Soares, 2019), o futuro foi sendo definido pelo que se fez com aquela precipitação extraordinária de energias. Não foi a irrupção de 2013 que moldou os anos seguintes; o que determinou o destino futuro foi o que se fez com 2013, para onde e como se canalizaram aquelas energias – e o descaso com que se tratou seu potencial transformador positivo.

Os verdadeiros vândalos vestiam terno e gravata, e evocaram a sagrada família quando encenaram a farsa do *impeachment*. Não foi 2013 que deu o golpe parlamentar, o golpe foi dado por quem negara 2013 e pressionara o governo a endossar a repressão. Tanto é verdade que Michel Temer – que se opusera enfaticamente a que a presidenta Dilma abrisse diálogo com a pauta emergente nas ruas – concluiu seu mandato nas cordas com 5% de apoio. Sublinhe-se que seu mandato foi obtido por meio de um *impeachment* farsesco, fundado na falsa acusação de “crime de responsabilidade”. Seu governo foi impopular e antipopular. A opinião pública estava farta dos minuetos da Corte. E quem o sucedeu foi quem se ligou às ruas, mesmo que exclusivamente ao lado sombrio das ruas, ao que havia nelas de regressivo e brutal.

A operação jurídico-policial Lava-Jato visou à liquidação das esquerdas para a implantação de um projeto neoliberal extremado – como ficaria claro, por seus procedimentos ilegais, seus vazamentos midiáticos seletivos, suas decisões ostensivamente tendenciosas, politicamente orientadas, e a adesão subsequente de seus condutores ao governo Bolsonaro. Ela acendeu a fogueira na qual arderam os últimos vestígios de credibilidade daquilo que, até 2013, entronizava-se como “representação política” ou “política democrática”. Se a democracia estava em ruínas, concluíram os fascistas, aquele era o momento de dar-lhe o tranco fatal.

Bolsonaro foi o único ator político de ampla visibilidade – além de Marina Silva (mas ela não conseguiu catalizá-las) – sintonizado com o fato (que ele leu pelo avesso) de que as energias precipitadas em 2013 haviam sido produzidas pelo dinamismo conflagrado e agonístico da sociedade brasileira, quando confrontada com a expansão da cidadania, a elevação de expectativas e a concretização de algo próximo ao que se denominava democracia. As ruas, como vimos,

havia sido medo, ressentimento, mas também esperança e gregarismo. Ele sabia que 2013 fora um fenômeno chave, um divisor de águas, e que o futuro se decidiria na disputa pelo direcionamento daquelas energias disruptivas e refratárias ao confinamento anterior.

Sua candidatura nasceu como uma proposta de metabolização pela ultradireita fascista das energias precipitadas no deslocamento de placas tectônicas. A democracia reduzira-se a rituais vazios, as instituições estavam ocas, as liturgias do poder simulavam uma coreografia farsesca: era esta, em suma, a percepção dominante nos meios populares. Os conflitos sociais de uma sociedade tão brutalmente racista e patriarcal, e tão despididamente desigual, não cabiam nos arranjos mal-ajambrados que salvaram o país das garras da ditadura, é verdade, mas também não serviam a uma sociedade ávida por mudanças profundas.

Por tudo isso, 2013 continua sendo uma referência estratégica para a compreensão do enraizamento popular do bolsonarismo. Se o PT continuar negando a dimensão positiva das manifestações que marcaram o país, há uma década, dificilmente compreenderá a magnitude do desafio que está à sua frente e que vai lhe exigir mais coragem para produzir mudanças profundas do que habilidades para se equilibrar no poder.

1 PROGRESSO COMO CONDIÇÃO DA REVOLTA

A série de eventos surpreendentes de 2013 começou com o movimento pela redução do preço do transporte público, em São Paulo – embora tivesse sido precedido por outras mobilizações do mesmo teor, especialmente em Porto Alegre. Até aí, os eventos pareciam seguir o curso relativamente rotineiro, sob a crítica da mídia conservadora, ao som de declarações arrogantes das autoridades, que se recusavam a sequer negociar a redução das tarifas. O cenário era típico e os desdobramentos, previsíveis. A conjuntura apontava para o declínio das manifestações, que provavelmente permaneceriam locais. Contudo, no segundo dia, a polícia militar paulista deu sua inestimável contribuição à história do país, agindo com brutalidade criminosa, inclusive contra jornalistas. Era o bastante para incendiar a alma dos brasileiros. Em poucos dias os aumentos nas tarifas foram revogados, mas a massa inflamada não recuou.

As primeiras respostas da população jogaram por terra tudo o que se supunha saber sobre a relação do país consigo mesmo: centenas de milhares de pessoas, principalmente (mas não exclusivamente) jovens, de diferentes classes sociais, aderiram a passeatas, em todo o país. No Rio, a maior manifestação, entre tantas que se sucederam, reuniu, segundo a polícia, 300 mil pessoas. Outros, entre os quais me incluo, avaliam que havia ali pelo menos o dobro desse número. O mais extraordinário, entretanto, não era apenas a escala, ainda que fosse assombrosa, mas sua rápida difusão por todas as regiões.

O ponto de partida justifica-se: no Rio e em São Paulo, trabalhadores gastam até quatro horas por dia deslocando-se em espaços urbanos entupidos de automóveis, cujo número multiplicou-se em razão do ingresso de 40 milhões de brasileiros na classe média, ao longo da última década. O efeito não-antecipado e contraditório da combinação entre redução das desigualdades e desenvolvimento acelerado – um de cujos focos tendo sido a indústria automobilística – foi a crise na mobilidade urbana. Além disso, mais consumidores, mais acesso à educação e a valorização cultural da cidadania produziram um contexto novo, na esfera dos sentimentos e da disposição participativa. Ou seja, melhorias combinaram-se para tornar inaceitáveis situações que, em condições anteriores, caso existissem, seriam toleradas, passivamente. A contradição é apenas aparente e não é nova: Alexis De Tocqueville, no século XIX, nos ensinou que os grupos sociais mais dispostos a agir e reagir não são os mais pobres e impotentes, mas aqueles que têm o que perder. Isso significa que os avanços sociais das duas décadas anteriores no Brasil (sobretudo os mais recentes) ampliaram a faixa da população potencialmente disposta a resistir ante o risco de perda. Aqueles que ascenderam não entregariam sem luta suas conquistas.

A que conquistas, exatamente, me refiro?

2 CONQUISTAS QUE ANTECEDERAM 2013

Aplicando-se o índice de Gini para medir a desigualdade de renda, conclui-se que em 2011 o Brasil alcançou o nível mais baixo desde 1960, ano em que pela primeira vez realizou-se o cálculo. Entre 1960 e 1990, a desigualdade cresceu de 0,5367 para 0,6091. Desde então decresceu até 2010, quando atingiu 0,5304 (Neri, 2011, p. 26), e continuou caindo: o índice de 0,527, em

2011 (segundo a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi o menor da série histórica – quanto menor o índice, melhor. Mesmo sendo aquele o patamar mais baixo desde quando aplicamos esse método para identificar a desigualdade, o Brasil continuava sendo um dos 12 países mais desiguais do mundo. A boa nova era a afirmação de uma tendência que começava a reverter esse quadro e que estava se realizando em escala considerável.

Na primeira década do século XXI, a taxa acumulada de crescimento da renda para os 10% mais ricos foi de 10,03%, enquanto para os 50% mais pobres foi de 67,93%. Conforme destaca Ricardo Paes de Barros, os 10% mais pobres obtiveram uma elevação de renda *per capita* em torno de 7% ao ano, entre 2001 e 2009, só um pouco mais baixa que a celebrada média anual de crescimento da renda *per capita* na China (Paes de Barros *apud* Cariello, 2012, p. 30).

Paes de Barros avalia que dificilmente algum país terá obtido resultado comparável ao que o Brasil alcançou, em matéria de redução de desigualdade de renda, entre 1999 e 2009, ainda que essas mudanças fossem insuficientes: os 10% mais ricos detinham 47% da renda nacional e passaram a controlar 43%, enquanto os 50% mais pobres, que possuíam 12,65% da renda total, no começo da série histórica, passaram a receber 15% no final do período.

O dado mais ostensivo e impactante era o seguinte: em 1993, ano anterior à implantação do Plano Real (bem-sucedido no controle da inflação), 23% da população brasileira vivia em situação de pobreza extrema, ou seja, não tinham acesso a renda que lhes proporcionasse consumir o número mínimo de calorias indispensável à sobrevivência saudável. O Plano Real transformou esse cenário devastador em um ano: em 1995 – primeiro ano do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso – o percentual da população submetido a essas condições desumanas decrescera para 17%. Em 2003, o contingente populacional em pobreza extrema ainda era o mesmo. Em 2009, caíra para 8,4%. Uma quantidade ainda excessivamente elevada, inaceitável, mas muito menor do que no começo da última década do século XX.

Em 1993, os brasileiros cuja renda domiciliar ficava abaixo de R\$ 752,00 (valor de 2011) eram 51 milhões (51.613.412). Em 2001, eram 46 milhões (46.896.647). Em 2011, passaram a ser 24 milhões (24.684.517). Aqueles cuja renda domiciliar ficava entre R\$ 751,00 e R\$ 1.200,00 eram, em 1993, 41 milhões (41.255.368). Esse grupo diminuiu para 38 milhões (38.907.544), no ano de 2011. Por outro lado, os brasileiros cuja renda domiciliar se situava entre R\$ 1.200,00 e R\$ 5.174,00 eram 45 milhões (45.646.118), no ano de 1993. Em 2011, o segmento mais do que dobrou, chegando a 105 milhões (105.468.908).

Registre-se que nesse período de 18 anos a população brasileira cresceu a um ritmo mais lento. O crescimento acelerado verificado nas décadas de 1940 (quando a taxa média foi 2,39) e de 1950 (quando alcançou 2,99) reduziu-se nos anos 1990 (para 1,64) e ainda mais (para 1,17) na primeira década do século XXI (Berquó, 2001, p. 17).

O processo virtuoso de declínio de desigualdades revela melhor sua significação quando se leva em conta a dinâmica demográfica. São esses dados que conduzirão Marcelo Neri a afirmar que “39,6 milhões de brasileiros ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (classe C) entre 2003 e 2011 (59,8 milhões desde 1993)” (Neri, 2011, p. 27).

Portanto, a história brasileira não é apenas degradação e ruína. Houve conquistas, embora muito inferiores às necessidades e às prescrições igualitárias contidas na Constituição. Não nos esqueçamos que a redução da pobreza em escala considerável conferiu verossimilhança ao discurso da teologia da prosperidade, que se afirmava e difundia, ao longo das últimas décadas, marcadas pelo avanço extraordinário das religiões evangélicas, sobretudo neopentecostais, entre elas e com destaque as linhagens que sustentam a referida concepção teológica. O Brasil real criou estruturas de plausibilidade para uma versão da experiência coletiva que depois seria majoritariamente capturada por partidos políticos e candidatos de extrema direita, cujos inimigos seriam, por ironia do destino, o Estado, o sistema político e as lideranças empenhadas nas perspectivas distributivistas, responsáveis por tantos avanços sociais para os mais pobres.²

3 A AGENDA PLURAL DO MOVIMENTO E O COLAPSO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A agenda do movimento não era uniforme e cada participante erguia seu pequeno cartaz com uma proposta, uma crítica, uma exigência, em linguagem formal ou bem-humorada, seja contra a homofobia ou o autoritarismo tecnocrático dos governos. Tenho me referido a “movimento”, mas

é preciso cautela no uso do singular, pois o que houve foram mobilizações múltiplas. Entretanto, a despeito da imensa dispersão temática, alguns tópicos eram constantes: transportes públicos, mobilidade urbana, corrupção, brutalidade policial, desigualdade no acesso à Justiça, mais recursos para educação e saúde, e menos para a construção de estádios suntuosos para a Copa do Mundo de futebol, em 2014, e para os jogos Olímpicos, que ocorreriam no Rio, em 2016. Tornando o coro mais desafinado, a cacofonia babélica chegou a incluir lemas de ultradireita, que volta e meia se insinuavam, aqui e ali, e se confundiam com pleitos de inspiração anarquista. Por exemplo, em brados do tipo “sem partido”.

Portanto, o preço do transporte apenas pôs em circulação uma cadeia metonímica no imaginário individual e coletivo, conectando os mais diferentes problemas nacionais contemporâneos, e abrindo espaço para contradições que foram aos poucos se tornando mais evidentes, renunciando desdobramentos contrários aos impulsos originais – ou que originalmente predominavam. O fato é que cada indivíduo se sentiu estimulado a incluir, nessa longa narrativa épica, sua própria descrição do que lhe parecia ser o drama fundamental e urgente.

O eixo comum, sob a diversidade de reivindicações, era a proclamação indignada do colapso da representação política. Sabemos que esta é a senha para a adoção de medidas que radicalizem a democracia ou a extingam. Nesse sentido, este seria o ponto de bifurcação ou inflexão, o núcleo nervoso do circuito babélico em que se chocavam e entrecruzavam disposições antagônicas.

Em poucas palavras, os manifestantes não acreditavam em partidos e políticos que renovam seus mandatos no mercado de votos, sem perceber que o mero respeito às regras do jogo não é suficiente para manter a democracia de pé. Há no Brasil o Estado democrático de direito, desde a promulgação da Constituição, em 1988, depois de 21 anos de ditadura militar, seguidos por três anos híbridos. Mas a institucionalidade democrática passou a ser vista pela maior parte da sociedade como uma carcaça oca, uma forma sem conteúdo, tomada por agentes políticos inescrupulosos. O endosso formal a parlamentares e governantes pelo voto, em um país onde é obrigatório votar, não garante legitimidade, do ponto de vista da percepção social. A ruína da representação vinha ocorrendo sem que as lideranças dessem mostras de compreender a magnitude do abismo que se abria – e aprofundava-se, celeremente – entre a institucionalidade política e o sentimento da maioria. O que fariam, a seguir? Ao longo daquele ano incandescente, inúmeras vezes, em entrevistas e artigos, insisti na seguinte imagem (à qual, em 2023, o artista plástico Tomaz Klotzel daria forma numa instalação): as instituições estão funcionando como o ventilador que continua girando depois do fim do mundo.

Nos anos subsequentes, a crítica à representação converteu-se, no imaginário popular, em repulsa genérica à política, quando a intervenção jurídico-policial Lava-Jato conectou, em performances espetaculares e matérias midiáticas diárias e massivas, acusações de ordem legal e moral a valores e crenças de corte meritocrático e neoliberal, anti-Estado. Vejamos em detalhes: ao longo de muitos anos, difundiu-se a crença de que, entregues a si mesmas, a iniciativa privada e as forças vivas do mercado gerariam prosperidade, da qual toda a sociedade se beneficiaria. Como disse no verbete “bolsonarismo”, publicado no Novo Dicionário Crítico do Pensamento das Direitas: “A liberdade para empreender e produzir riqueza estaria sendo obstruída por um cipoal burocrático de regras e taxas. Os impostos, os gastos governamentais e os direitos dos trabalhadores estariam drenando as energias da sociedade. Em suma, o vilão seria o Estado, ocupado por parasitas que vampirizam os recursos públicos. Em outras palavras, os políticos e os servidores, tripulantes do Estado, seriam os responsáveis pela miséria e o atraso. Esta narrativa foi martelada pela grande mídia sem contestações significativas. Quando denúncias, seletivamente vazadas por atores da Justiça, apontaram a corrupção perpetrada por políticos e por agentes por eles acobertados, e inundaram os noticiários, a equação se fechou: o parasitismo estatal deixou o mundo abstrato da teoria e ganhou formas animadas. Quem vampirizava as energias da sociedade agora tinha rosto e nome. A rejeição popular foi contagiante e rapidamente se generalizou, maculando os políticos e a política. O vácuo assim criado era fértil para a emergência de um personagem que se apresentasse como antipolítico e antissistema: o revolucionário disposto a destruir “tudo isso que está aí” – inclusive, como se viria a descobrir, o bom senso e a racionalidade, devorados pelo negacionismo. Desse modo, o país abriu as cortinas do passado para o *revival* do fascismo, agora sob nova direção, e condicionou seu futuro civilizado a um ajuste de contas com o neoliberalismo” (Soares, 2022, p. 178-182).

4 INTENSIDADE

A marca do movimento de 2013 era a intensidade. Os protestos se realizavam na linguagem dos excessos: muita gente, todo dia, todos os temas – e sempre há a minoria exaltada e violenta que depreda prédios públicos. Nesta franja do fenômeno pegam carona alguns profissionais do furto e do roubo, e os que se divertem destruindo sem propósito. Por que a paixão e a intensidade? Ouso uma hipótese: os elos de contiguidade simbólica e política conectam problemas entre si, conforme expliquei, acentuando sua característica permanente: a desigualdade. E o fazem em um contexto normativo e institucional, o Estado democrático de direito, no qual o princípio enunciado e reiterado é a equidade. Por isso, os significados negativos se agravam, acentuando a intensidade emocional em que são apreendidos e comunicados: eles se destacam porque remetem à desigualdade, a qual contrasta fortemente com as expectativas geradas pelo pacto constitucional. Afinal, a conversa sobre cidadania é ou não para valer? E tudo isso carregado pela correnteza virtual das redes, cujo fluxo acende o espírito agonístico e aciona afetos negativos, entre os quais reina o ódio. A linguagem não é alheia às paixões e a ela não serve apenas como instrumento ou meio material. A linguagem febril e veloz das redes opunha o digital ao dialógico, ao contrário do que esperavam os desbravadores (e cultores) da internet em seus primórdios. Sua lógica é a da conflagração, destinada a inflamar o ódio e as identificações por negação. Seu horizonte é o extermínio da alteridade, a paranoia, o medo e a guerra.

5 AS PERSISTENTES INIQUIDADES HISTÓRICAS

Apesar de tão significativa redução de desigualdades – ou pelo menos da pobreza extrema –, elas persistiam e persistem, sob as mais diferentes formas. Assim como permaneciam (e permanecem) a violência e a brutalidade policial letal contra os pobres e os negros. A ultrajante desigualdade entre negros e brancos vinha diminuindo, mas persistia, exibindo o racismo estrutural brasileiro. Entre 1950 e 1980, os brancos viveram 7,5 anos a mais que os pretos e pardos – classificação usada à época (Wood; Webster, *apud* Berquó, 1987, p. 27). Em 1980, a expectativa de vida dos negros ainda não passava de 59 anos. Em 1987, a população branca vivia, em média, 72 anos, enquanto os negros viviam 64,5 anos (Berquó, 1987)). Outro dado escabroso confirma os precedentes: em 1980, a taxa de mortalidade infantil de pretos e pardos era igual à taxa de mortalidade de crianças brancas menores de um ano, em 1960: 105 a cada mil nascidas vivas (Garcia Tamburo, *apud* Berquó, 1987). A cor da pele, que nada significa segundo os que creem no mito da democracia racial brasileira, separava em 20 anos os pretos e pardos dos avanços sociais alcançados pela população branca, avanços que seriam impossíveis sem o trabalho dos não-brancos.

Marcelo Neri oferece dados esclarecedores sobre três fenômenos cujos significados históricos, a meu ver, são profundos. Em primeiro lugar, o efeito demográfico da construção cidadã da identidade social: a parcela da sociedade que se declara negra vem crescendo expressivamente. Comparando-se os dois Censos do IBGE mais recentes, anteriores a 2013, 2000 e 2010, aumentou em 22,6% a participação de negros na população brasileira (Neri, 2011, p. 226). A meu juízo, o principal motivo foi a expansão da consciência política dos afrodescendentes, que cada vez mais assumem com orgulho sua cor e o que ela significa.

O segundo fenômeno estudado por Marcelo Neri são as ostensivas e chocantes desigualdades: “A probabilidade de uma pessoa que se diz branca ser pobre é 49% menor que de um negro e 56% menor que de um pardo. [...] Mesmo quando comparamos pessoas com os mesmos atributos, exceto raça, digamos, analfabeta de meia idade, que mora numa favela de Salvador, a probabilidade de uma branca ser pobre é 29,4% menor do que uma não branca” (Neri, 2011, p. 227). Antes de Neri, o Censo de 2010 deixara evidente a cor da desigualdade econômica, indicando que 70% dos brasileiros extremamente pobres eram negros.

Posso acrescentar outros dados alarmantes relativos à violência, às instituições de segurança pública e ao sistema de Justiça penal. O “Mapa da Violência” anterior a 2013, publicado em 2011³, revelou que, de 2002 a 2008, o número de negros assassinados elevou-se em 20,2%, enquanto diminuiu, em 22,3%, o número de brancos vítimas do mesmo tipo de crime. Não há dúvida de que negros e pobres eram (como ainda são) as principais vítimas do crime mais grave,

o homicídio doloso. Assim como eram (e são) as principais vítimas da brutalidade policial letal e das abordagens ilegais (Ramos; Musumeci, 2005).

Em terceiro lugar, a boa notícia: “Entre 2001 e 2009 o crescimento de renda foi 44,6% dos pretos, 48,2% dos pardos contra 21,6% dos brancos” (Neri, 2011, p. 226). Esse dado combinado ao aumento da participação de negros na população e à importantíssima chegada de negros em grande número à universidade, graças a políticas afirmativas e distributivas, como o Programa Universidade para Todos (Pro-Uni) e as cotas para negros, criava um novo cenário que justificava expectativas positivas relativamente ao futuro da democratização substantiva da sociedade brasileira. De acordo com dados divulgados pelo IPEA, em seu *Boletim Políticas Públicas: acompanhamento e análise*, número 19, a taxa líquida de matrícula de estudantes na faixa etária entre 18 e 24 anos⁴ cresceu mais de cinco vezes de 1992 a 2009. Enquanto em 1992 somente 1,5% dos jovens negros ingressaram na universidade, 8,3% lograram cursar o ensino superior em 2009. Nesse período, a taxa líquida de matrículas dos jovens brancos saltou de 7,2% para 21,3%, mas o contingente de estudantes negros, que não era mais que 20,8% do segmento branco em 1992, passou a representar 38,9% em 2009⁵.

6 PROTAGONISTAS DA NARRATIVA GLOBAL: DA INVISIBILIDADE À LUTA POR RECONHECIMENTO

Outro aspecto decisivo foi o acesso à internet: em 2011, 115.433.000 brasileiros, com 10 anos de idade ou mais, possuíam telefone celular (eram 56.104.605 em 2005) e 77.672.000 navegavam na internet. A participação em redes ampliou-se e viabilizou as manifestações, que passou a dispor de mídia própria. Ademais, permitiu aos brasileiros identificarem-se e colocarem em prática o modelo globalizado de tomada dos espaços públicos como método de democracia “direta”, ou de ação política não mediada por instituições, partidos e representantes. Evidentemente, o modelo remete à ideia clássica da democracia direta como tipo ideal, sem cumpri-lo inteiramente, uma vez que as mediações nunca deixam de atuar, conectando diferentes procedimentos institucionalizados à energia da massa nas praças. O que conta, neste cenário dramático, são a memória idealizada e a linguagem comum, como se os eventos se citassem mutuamente, construindo uma constelação virtual de *hipertextos* (para usar uma categoria que já se mostrava datada na época das manifestações). Neste cenário, tornavam-se possíveis: incluir-se na narrativa transnacional sobre a nova democracia; o orgulho de quem era invisível para o poder público e se sentia desrespeitado; a identificação com a *persona* do herói cívico; a política vivida em grupo como entretenimento *cult* antipolítico (ainda que envolvesse risco de morte); a experiência gregária fraterna (ante um inimigo tão abstrato e fantasmático quanto óbvio e imediato, com o rosto policial e o sentido da tragédia); a vivência que enche o coração de júbilo, exaltando os sentimentos e os elevando a uma escala quase espiritual.

O povo assistiu à Copa das Confederações de futebol, em várias cidades brasileiras, competição internacional que antecedeu em um ano a Copa do mundo. Gastos bilionários foram decididos pelos governos sem consulta popular. Os estádios, construídos com verbas governamentais, foram inaugurados e apresentavam qualidade admirável – ao menos, à primeira vista. Mas a saúde pública e a educação continuavam relegadas pelas políticas públicas. Além disso, os altos preços dos ingressos excluía a grande maioria dos torcedores. Em síntese, o esporte popular, depois de custos bilionários assumidos autocraticamente pelos governos, expressava a adoção de prioridades incompatíveis com as necessidades sociais e implicava o veto à participação popular. Por meio das manifestações, a massa inscreveu-se na grande narrativa nacional, deslocou o campo em que ocorriam os eventos significativos, converteu-se em protagonista central e mudou o jogo.

No Rio, os grandes eventos previstos incluíam as Olimpíadas, além da Copa do mundo. Ainda em 2013, a cidade recebeu a visita do Papa Francisco. A prefeitura aproveitou a oportunidade para implementar reformas urbanas que prometiam transformar vias públicas e o setor de transporte, e que deixariam um legado em edificações úteis ao conjunto da sociedade. O que se viu foram expulsões de moradores pobres e um processo acelerado de gentrificação, aprofundando as desigualdades e suas expressões territoriais.

7 ANOTAÇÕES PESSOAIS NO CALOR DA HORA

Concluo o artigo com um salto no estilo, no recorte e nas intenções. O quadro analítico exposto nas unidades anteriores, embora certamente insuficiente, corresponde à minha compreensão dos acontecimentos que marcaram nossa história e tem o propósito de contribuir para o debate acadêmico e político ainda em curso. O texto a seguir assume um tom despretenso, livre e impressionista. São apenas anotações redigidas no calor da hora, na forma de diário, cuja finalidade era registrar meu depoimento pessoal sobre aqueles meses de 2013, tanto nas ruas quanto nos debates presenciais e virtuais. Sobre as ruas e as peculiaridades estéticas, afetivas, simbólicas e políticas das manifestações, escrevi longamente no capítulo “É tanta coisa que nem cabe aqui”, em meu livro *Rio de Janeiro, histórias de vida e morte* (Soares, 2015). Aqui, procuro trazer a pulsação passional e feroz que transcendia a experiência das ruas.

Decidi trazer parte das notas para este artigo porque minha análise, mesmo tendo se referido muitas vezes a categorias como intensidade, paixões, afetos e energia, falhou em fazer aflorar e tornar minimamente tangível a atmosfera em que mergulhei com milhares de outras e outros ativistas. Atmosfera que constituiu uma dimensão essencial das manifestações e do arco das horas, dias e noites, ao seu redor. Essa dimensão deu a liga que juntou atos, palavras, gestos e pessoas, numa festa monumental.

O seminário na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 4 de outubro de 2013, tinha jeito de assembleia. Não havia clima. E era gente demais. Num ambiente de assembleia, não tente ser irônico, nem reflita sobre contradições. Lembre-se: tudo que você disser poderá ser usado contra você. Se o seu argumento tem dois lados, assinalando isso e aquilo, ambos sendo verdadeiros, embora, na aparência, negando-se, mutuamente, você está perdido. Seus dias estão contados. Na multidão, a primeira perna do raciocínio será retida por alguns, que depois a exibirão, desmembrada. Ante a matilha, salivando, famélica, a segunda perna do raciocínio será arrancada do corpo e lançada ao fogo das acusações contra seus desvios ideológicos. De um modo ou de outro, não haverá hipótese de que as duas pernas de sua ideia escapem à mutilação. Na plateia que urra bordões e palavras de ordem, o pensamento não faz nenhum percurso imprevisível, criativo, tortuoso, indisciplinado. Ali, uma ideia, como um indivíduo, será apenas um objeto roliço e uno, uma pedra lançada contra suas boas intenções. Seu argumento multifacetado será esquartejado e exposto em praça pública como prova definitiva de seu crime. Aliás, tome nota: não há deslizos, colega, há crimes – ou você acha que a cultura punitivista é patrimônio exclusivo da direita? Portanto, recomendo prudência. Menos sofisticação e complexidade, mais convicções. Não seja ingênuo, não haja como intelectual. Mostre à audiência, companheiro e companheira, mostre a quem lhe concede o minuto de sua atenção – entre um *selfie* e outro – que você nunca será o modesto funcionário ou a modesta servidora de sua própria causa. Só se credencia a liderar quem confirmar o que já se sabe. Não estamos reunidos no auditório superlotado para pensar, mas para celebrar nosso valor supremo e incontestável. O ritual exige sacrifício: nesse caso, a identificação dos desviantes e o expurgo dos dissidentes. A diáspora somos nós. Está cravada em nossos corações, é a espinha dorsal de nossa alma gelatinosa. As divisões prosperam em nosso meio como a peste, a metástase e a metáfora. As esquerdas somos barrocas. De todo modo, o que eu disse foi alguma coisa mais ou menos inteligente e performática, citando astros e astras do firmamento político-intelectual do momento, com base em minhas anotações caóticas.

Transcrevo a seguir algumas delas. Elas são mais interessantes do que os conceitos refogados naquela noite, porque guardam o pulso frenético daqueles dias:

As manifestações de 2013 não inventaram a indignação. Deram passagem à revolta acumulada. Soltaram as rédeas. Liberaram a raiva contida. O ódio impôs-se. Passou a reger dias e noites. Conquistou seu lugar no centro de nossos altares. Deus e diabo de nossa comum veneração. Rosna e reina, ensaiando a derrocada do que resta de democracia, ruminando a ruína. Exala vapor de decomposição enquanto bombeia o sangue tóxico pra dentro e pra fora dos corpos. Mete o nariz onde não é chamado. Enfia as patas em todo buraco. Não deixa pedra sobre pedra: vai precisar delas. Qualquer babado é pretexto. Todo post apodrece debaixo de um monte de adjetivos pestilentos, tipo “pestilentos”. Uma palavra como escarro serve bem ao linchamento nas redes sociais porque gruda e goteja no primeiro cretino que mostrar a cara defendendo qualquer coisa. Qualquer coisa. Madrugada adentro, nas redes, a fúria aumenta o volume. Tem sempre um

zumbi alerta metabolizando o veneno que lhe enfiaram goela abaixo, pronto pra vomitar em cima de você. O idiota espectral foi treinado nas oficinas da desconstrução, nome *fashion* da calúnia. Em cavernas urbanas, o neófito aprende a gargarejar o vocabulário fascistóide fajuto. Enquanto isso, a turma vai empilhando tudo que encontra pra construir um bunker à prova do kit molotov: aquela combinação explosiva que os Black Blocs apelidavam *drink*. “Você vai levar o drink, camarada? Vou, companheiro. E você leva o vinagre e a toalha e tudo o mais que se usa pra não cegar quando a polícia borrifa gás pimenta direto nos olhos da gente, e tudo o mais que se usa pra não sufocar quando a polícia espirra gás lacrimogênio na garganta da gente. Tudo bem, é nós. Já é”. São virtuosos do disfarce, esses caras. Nesse truque genial exibiam sua nunca suficientemente enaltecida sagacidade. E tem mais: usando inglês davam uma estocada no imperialismo. Sacaram? Eles cultuam os profetas do anarquismo. Os militantes comprados ou sinceros do partido da ordem odeiam a turma de preto que veste máscara e quebra vitrines, e a turma que quebra vitrines e veste máscaras odeia a galera do partido da ordem. Nisso são todos sinceros. O ódio purga o teatro cafajeste da política. Purifica. Lava a calçada salpicada de sangue. Será sempre dos outros o sangue borrifado no meio-fio até que a gente não possa mais relatar porra nenhuma. E aí sobra para o redator de obituários da imprensa sensacionalista, aquela que cobre esse tipo de coisa. E não me venha com o papo furado das infiltrações, simplesmente porque isso não é novidade, nem diminui a importância social do movimento. Apenas confirma seu caráter múltiplo, contraditório, irredutível. Todo mundo sabe que há infiltrados, desde P2 até a ultradireita militar, passando pela CIA, o Mossad e a KGB. E todos sabem que a NSA está lendo o que eu e você acabamos de escrever no celular. Snowden demonstrou que privacidade era uma experiência contemporânea da anágua. Se você não tem ideia do que seja anágua, pergunte à sua bisavó.

A intervalos regulares, uma porradaria alegre a madrugada. Ninguém mata ninguém, mas tem vontade. Se você é do tipo que vai atrás, pulando de link em link até localizar o big-bang original, não vai dormir hoje outra vez porque a corrente é interminável. Parece que alguém mostrou o pau na rede e alguém não gostou. Quer dizer, se gostou do pau não sei. Certo e sabido é que não gostou da exibição. Pergunto-me se o cara mostrasse o joelho em vez do pau, ou a conta bancária, deixaria de ser exibicionista? Problema é o pau. Isso enfureceu muita gente. Não sei se a ira tem a ver com a tal inveja do pênis, que é um sentimento eminentemente masculino. O sujeito gozava de grande prestígio na cidade – percebo que meu verbo está contaminado; tenho a impressão de que estou escrevendo obscenidades. A fúria incendiou a rede. Os indignados estão a ponto de pegar em armas – ah! o que digo? Mudo de assunto. Antes, anoto: o homem do pau não divulgou a foto de sua carne no “feici”, nem poderia. Ali impera a castidade. Enviou em mensagem privada mas a história viralizou porque. Não importa. A vida segue. Não para o dono do caralho célebre. Ele picou a mula. Saiu da cidade. Foi pro campo plantar batatas. Dizem que pra sempre. Emigrou. Pergunto-me onde será longe o bastante quando a besta-fera é a rede social. E se o pau não fosse dele? E se o perfil fosse “feique”? E se nem pau fosse, o “feique” fetiche? A matilha desdenha qualquer merda de ponderação e a novela pode render. A sutilíssima interlocutora que pôs a boca no mundo corta, um belo dia, a fitinha azul do presente natalino e. Que horror. Quem sabe – esta segunda hipótese é mais saudável, embora catastrófica – um dia o homem volte, pau na mão, passando o bastão ao herdeiro da terra, após o apocalipse climático? Será uma mulher a soberana do que sobrar no mundo pós-apocalipse ambiental? Ou não fará sentido o que nós chamamos gênero? Por exemplo, na frase: o gênero deste relato é confuso.

As coisas não estão fáceis pra ninguém. Dá pra perceber nos detalhes. Outro dia soube que um vetusto pensador da esquerda ortodoxa veste falso avatar pra frequentar chat de lésbicas – como tem ortodoxo no Rio de Janeiro. Fato, aliás, que deve abalar quem associa a cidade a praias, sol e mar, e esses a corpos nus, ócio e prazer, e estes ao hedonismo: combustível de heterodoxias e transgressões dionisíacas. Pois não é assim. Há ortodoxia sob o sol a pino. Há rigidez à beira-mar. A sensualidade tropical não derrete os dogmas dos sacerdotes da revolução. Eles são poucos, é verdade, considerando-se os oito milhões de habitantes da cidade e os quinze milhões que vivem no estado, aos quais são servidas rações diárias de outros livros sagrados. De um jeito ou de outro, todos creem na salvação e aguardam com fé o juízo final. À direita e à esquerda, todos são sebastianistas por aqui. O que muda é a expectativa para o dia seguinte ao fim do mundo – e a natureza do cataclismo. Variando a cor, o naipe e as medidas do tempo, a grande erupção está na

ponta da língua de dementes, filósofos, ativistas e profetas. Olha o pau Brasil flamejante, um por cinco, três por dez – é pegar ou largar. O Brasil opera milagres: os liberais defenderam a escravidão, no século XIX, apoiaram a ditadura militar, em 1964, o fascismo integralista, sempre. Falta profissionalismo e alguma nitidez. A impressão cada vez mais generalizada é que o mundo não cabe no mundo, a cidade não cabe na cidade, ninguém cabe mais em si mesmo, e o que transborda não cheira bem. Mesmo que para alguns a chuva ácida e o sangue, ou o Estado purificador, abram passagem ao paraíso. O badalado otimismo tropical talvez seja apenas um sintoma do espírito messiânico. E a tolerância com o inaceitável talvez decorra disso: em breve, tudo será corrigido ou perdoado, as penas serão executadas, a magnífica vingança restituirá a todos a honra ferida, a dignidade ultrajada, os direitos ignorados e a fêria do dia, surrupiada no final do expediente, quando você abriu a bolsa pra procurar os óculos. A leniência carioca, a autoindulgência brasileira devem ser uma questão de prazo, nada mais que a fé na obsolescência programada de nós todos, além de péssima rima.

Nesse contexto, louvem-se a clareza dos black blocs e sua severa intolerância. A turma de preto foi coadjuvante das manifestações de junho de 2013. Em pouco tempo, governos e mídia perceberam que eles tinham caído do céu. Anjos negros enviados pelo deus das coisas serenas. Os black blocs tornaram-se então o povo escolhido, o foco das câmeras, o olho do editor, a referência para o recorte das cenas. Do fundo obscuro do tempo chegaram as meninas e os meninos vestidos de preto, hormônios borbulhantes, fissurados por uma dose extra de adrenalina. Os marqueteiros e o gênio político do governador do Rio, principal alvo dos protestos, identificaram naqueles personagens a tensão erótica, o mistério e o charme do nome, black blocs, e os rebatizaram, “vândalos”. Nas ruas em chamas, os rapazes e as moças mascarados converteram-se numa espécie de fonte maldita dos medos ocultos. Os garotos e as meninas pós-púberes passaram a significar perigo e ameaça à ordem, não no sentido trivial, cotidiano, prosaico, porque os riscos nas ruas no dia a dia não eram, nunca foram, não viriam a ser aquelas poucas dezenas de jovens fantasiados de rebeldes vingadores. Mas eles encarnariam, sim, a desordem no sentido simbólico mais profundo, inconsciente, radical. Não a anarquia-festa-da-liberdade, mas a entropia-trama-da-morte. O governador fluminense descobriu que poderia pendurar naqueles vampiros distópicos o desejo de ordem que o traria de volta ao palco da política sob aplausos. A massa pediria bis, mais, mais violência policial, bala de borracha, porrada, gás lacrimogênio, *spray* de pimenta, bomba de efeito moral.

Aos poucos, as manifestações populares foram substituídas pelas performances dos black blocs, que repetiam incansavelmente o roteiro que fizera sua fama. Imitavam a coreografia policial e, no afã de denunciar e repelir a violência do Estado, a espelhavam, sem dar-se conta de que o mimetismo de sua pobre dramaturgia produzia efeitos opostos aos esperados. Semana após semana, mês após mês, a massa refluía e deixou as ruas para os meninos mascarados. As “ações diretas” constituíam tática, técnica, deliberação e treinamento. Emoções planejadas perdem viço e verossimilhança. O romance com a opinião pública, ensaiado na estreia, fracassou. Curioso é que os meninos de preto não perceberam nada disso. Mesmo recusando hierarquias e organizações, lideranças ou o instituto da representação, muitos consideravam-se os únicos e verdadeiros revolucionários, portadores do interesse do povo, porta-vozes de junho e herdeiros das grandes manifestações. A vanguarda iluminada, de abominável memória, saltava pra fora de sua tumba histórica. Nada como a juventude pra reviver anacronismos. Nada como a estupidez pra repor em circulação um arcaísmo. Nada como um politizado insulto à razão pra devolver a ereção ideológica a anciões enfatiados, e não foram poucos os que desembainharam a espada oxidada e se perfilaram hieráticos, à espera da convocação da gurizada pra invadir o palácio de inverno. Revolução, urravam os mascarados, revolução, sem perceber o patético do pastiche: a cantilena evocava um século de bordões e clichês.

O fio condutor que transmitia energia aos atos e os ligava uns aos outros, meninos a meninos, atos a atos, meninos e atos, era o ódio. Excluído o ódio, praticamente não sobrava nada que fosse genuíno e grave. Nada que sequer aproximasse as enfadonhas correrias com pedras e paus, pontuadas por vidros estilhaçados, do épico ao qual aspiravam seus protagonistas. Os garotos e as garotas queriam sair do armário. Alguns. Algumas. Outros, queriam sair de casa. Houve quem visse no movimento a oportunidade de voltar pra casa depois do horário determinado pelos pais. Chamar de movimento aquela agitação permanente era o máximo. Mas era este mesmo seu nome,

e se eternizaria com um apelido frugal para os íntimos: JUNHO. Para quem sonhou outubros, era pouco; para os deserdados da utopia, memorável.

A seguir, alguns itens para pautas futuras, ou:

Sobre a arte de atirar pedras:

- (1) Haveria aí mais que expressão de emoções, como ódio? Certamente, porque se dá segundo disciplinas, regulações, há método, estética, alvos, momentos, cenários, etc. Há uma linguagem que educa a “espontaneidade”.
- (2) Assim como há história nas maneiras de mesa, há história nos ataques com pedras, e há cultura (desde jogos infantis ao cumprimento de sentenças judiciais), desde a caça: há medição de força e mira, isto é, há disputa entre perícias e virtudes, além de coragem.
- (3) Mesmo segundo fórmulas e modelos, há ódio, ou melhor, há performance do ódio, manifestação do ódio, ou seja, tão importante quanto definir o objeto da ira, importa precisar a audiência que contempla a cena de furor, o público a que as pedras lançadas se destinam como mensagens.
- (4) A estética espelha aquela adotada pela polícia, nos gestos, na fúria, na ação concertada, mas não nas armas.
- (5) O agente se coletiviza e dilui a individualidade, para o que contribui o uso de máscaras (que ocultam, mas revelam determinada identidade construída: o guerreiro).
- (6) A ação destrutiva comporta determinada estética, em lugar de uma epistemologia. Não há espaço no discurso (e no gesto) para complexidades e nuances. Pedras não combinam com a hesitação e a incerteza inerentes ao pensamento. A pedra cruza a paisagem como o traço que risca todas as outras hipóteses.
- (7) Há considerações políticas a fazer, assim como se aprende bastante lendo comentários, justificativas e críticas. É bom lembrar o que disse Heidegger sobre a crítica à autoanulação do “relativismo”: o terrorista se explode, mas alcança seu objetivo. Sua meta não era proteger-se, mas destruir o inimigo. A ação é bem-sucedida. Quanto a dar guarida involuntária a traidores: o que importa, se jogam pedras?
- (8) Leis e transgressões, discursos e afasias, repetições como armadilha ao protagonismo.
- (9) Infiltrações e conspirações.
- (10) A gratuidade e a série de eventos. O controle do futuro como profecia que se auto cumpre: pôr no chão o império, tombar o monumento, pedra a pedra, (des)construindo, revelando o que há sob a forma: ruína.
- (11) A poética minguante do grande gesto.
- (12) Rir, marchar e matar. Expectativa da morte e adrenalina da aventura.
- (13) Levam a sério os meninos mascarados, a ação direta como tática, supostamente defensiva. A busca de legitimidade (nesse caso, na genealogia da tática) é um alento.
- (14) Brusco, súbito, percursor, pontuação por espasmos, impondo descontinuidade na linha evolutiva dos acontecimentos. Estóicos e integrados, épicos e dadaístas, escolásticos e barrocos.
- (15) Os alvos: agências bancárias, templos do consumo, agências públicas, mas também pontos de ônibus, estações de metrô, ônibus.
- (16) Tática e as mediações racionais: o ódio como técnica. O teatro, a performance, a dramaturgia, os personagens (o coro), os figurinos, a trilha sonora, a iluminação, a cenografia, a plateia.
- (17) Palavras de ordem, caminhões de som, trios-elétricos, bandeiras, faixas, bordões: é pau, é pedra, é o fim da picada? O fim de uma era, sepultando a estética arcaica, que rimava com o realismo socialista. Agora, é festa. Pau e festa. Festa e fogo.
- (18) De black-block a vândalo. A tensão erótica do nome e a supressão que recalca pelo estigma.
- (19) Ação direta não é passagem ao ato.
- (20) Onde dormem, pendurados, os anti-heróis da razão, vampiros das utopias asseadas e higiênicas? Açougueiros do humanismo bárbaro e insepulto. É preciso pensar a passagem dos trogloditas reacionários da direita que definem o Outro como inimigo a ser eliminado, o mal a ser exorcizado, para esse novo momento, posto em circulação

- pelos atletas do confronto, pela infantaria pueril, pelos cavaleiros da noite, embriagados na erótica do martelo, amantes do corpo a corpo com o Estado, roçando na morte em busca de transcendência bruta, na pedra, no pau, na mão, à procura do sublime na imanência da matéria, desmontada em pedaços para exibir o caos de que se faz a ordem.
- (21) Expectativa, espectros, medo e fantasia. Se a revolução é impossível, tratemos de encená-la para a plebe. Se a política é jogo e hipocrisia, tratemos de eviscerá-la com a ponta dos dedos. Há uma convocação surda na renúncia ao proselitismo. Há exortação e alarme na recusa à palavra. Se vem aí o apocalipse, tratemos de precipitá-lo e abrir as portas do inferno.
- (22) Poder, legitimidade, mediações, palavras, imaginário (desobediência e instituições).
- (23) Que conste já na abertura: a melhor tradição liberal reconhece a legitimidade da desobediência civil ante situações que denotem o descumprimento do contrato social (em nosso caso representado pela Constituição) por parte do poder, especialmente quando falham as instâncias responsáveis pela retificação da rota, afastando o dirigente transgressor. De minha parte, portanto, nenhuma dúvida quanto à impertinência de que, sob o capitalismo, a legalidade seja evocada para criticar e punir quem protesta quebrando vidraças. Aos donos dos objetos avariados o direito de solicitar, em foro apropriado, reparação por perdas e danos, mas nada além disso, por favor, ou ingressamos no terreno da hipocrisia e desistimos de pensar com o mínimo de seriedade. Acusar quem estilhaça vitrines depois de atos públicos de arruaceiros e vândalos quando o país é empurrado ao abismo pelo capital insulta a razão, na melhor das hipóteses. Governadores cujas polícias saqueiam domicílios e promovem execuções extrajudiciais aos milhares são ainda governadores; os comandos das operações criminosas, ainda comandos; os promotores silentes, promotores. Então, deixemos de cinismo, sejamos francos e apliquemos nossas reservas de racionalidade e sensibilidade moral para tratar das assim chamadas “ações diretas” nas manifestações populares. Sem esse preâmbulo, não seria admissível criticá-las, muito menos fazê-lo com a radicalidade que elas propõem e merecem.

REFERÊNCIAS

- BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- CARIELLO, Rafael. O liberal contra a miséria. *Revista Piauí*, n. 74, nov. 2012.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, n. 19, 2011.
- NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SOARES, Luiz Eduardo. Brazil: The Ground Shakes in the Country of Inequalities and Paradoxes. *Los Angeles Review of Books*, 1 jul. 2013.
- _____. *O Brasil e seu Duplo*. São Paulo: Todavia, 2019.
- _____. *Dentro da Noite Feroz: o fascismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- _____. "Bolsonarismo". In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. et alii. *Novo Dicionário Crítico do Pensamento das Direitas* – v. 1. Recife: Edupe, 2022. p. 178-182.
- _____. *Rio de Janeiro: histórias de vida e morte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Refiro-me a artigo publicado em 1 de julho de 2013, no Los Angeles Review of Books, sob o título “A terra treme no país de desigualdades e paradoxos” (*Brazil: The Ground Shakes in the Country of Inequalities and Paradoxes*).
- ² Examinei detidamente, em “O Brasil e seu Duplo” (2019) e em “Dentro da Noite Feroz; o fascismo no Brasil” (2020), a revolução religiosa e o engate entre esse novo e complexo universo de crenças e os valores neoliberais predominantes, como a meritocracia e a repulsa ao Estado e à própria política.
- ³ Pesquisa coordenada por Julio Jacobo Waiselfisz, realizada com apoio do Ministério da Justiça.
- ⁴ A taxa líquida de matrícula obtém-se contrastando o número de matriculados com aquele que seria adequado caso se verificasse uma distribuição normal do acesso à universidade entre todos os segmentos da população no grupo de idade pertinente.
- ⁵ cf. www.ipea.gov.br/igualdaderacial.

Recebido em outubro de 202
Aprovado em outubro de 202